CENTRAIS EÓLICAS DA PRATA S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)
CNPJ 11.366.231/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Igaporã, 17 de fevereiro de 2014

A Diretoria

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R$

Ativos	Nota Explicativa	31/12/13	31/12/12
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	63	18.739
Aplicações financeiras	3	4.884	–
Outros créditos		70	26
Total dos ativos circulantes		5.017	18.765
Não Circulantes			
Imobilizado	4	90.224	44.885
Total dos ativos não circulantes		90.224	44.885
Total dos Ativos		95.241	63.650

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/13	31/12/12
Circulantes			
Fornecedores	5	9.802	8.176
Financiamentos	6	59.799	18.734
Impostos a recolher		115	20
Contas a pagar - CCEE	7	619	–
Total dos passivos circulantes		70.335	26.930
Não Circulantes			
Partes relacionadas	8	–	12.605
Total dos passivos não circulantes		–	12.605
Patrimônio Líquido	9		
Capital social		22.904	22.904
Reserva de capital		1.501	1.501
Prejuízos acumulados		(1.256)	(290)
Recursos para futuro aumento de capital		1.757	–
Total do patrimônio líquido		24.906	24.115
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		95.241	63.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota Explicativa	31/12/13	31/12/12
Despesas			
Gerais e administrativas	10	(852)	(175)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro e dos Impostos sobre o Lucro		**(852)**	**(175)**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		–	16
Despesas financeiras		(114)	(120)
Total	11	(114)	(104)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(966)**	**(279)**
Imposto de renda e contribuição social	12	–	(4)
Prejuízo do Exercício		**(966)**	**(283)**
Prejuízo por ação básico e diluído (Expressos em reais - R$)		**(0,042)**	**(0,012)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital - Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Prejuízos acumulados	Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		**1.544**	**1.350**	**(7)**	**235**	**3.122**
Aumento do capital social	9	21.360	–	–	(235)	21.125
Prejuízo do exercício		–	–	(283)	–	(283)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações		–	151	–	–	151
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		**22.904**	**1.501**	**(290)**	**–**	**24.115**
Recursos para futuro aumento de capital		–	–	–	1.757	1.757
Prejuízo do exercício		–	–	(966)	–	(966)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		**22.904**	**1.501**	**(1.256)**	**1.757**	**24.906**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R$

	31/12/13	31/12/12
Prejuízo do exercício	(966)	(283)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	**(966)**	**(283)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota Explicativa	31/12/13	31/12/12
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(966)	(283)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Encargos sobre mútuo	8	–	118
Constituição de provisão a pagar para CCEE	7	619	–
Aumento nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(44)	(26)
Aumento nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		95	9
Pagamento de juros sobre financiamentos	6	(696)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(992)	(182)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras		(4.756)	–
Aquisição de imobilizado	4, 15	(32.954)	(31.803)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(8.176)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(45.886)	(31.803)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento do capital social	9	–	19.537
Recursos para futuro aumento de capital		1.757	–
Captação de financiamentos	6	57.750	18.700
Pagamentos de financiamentos	6	(18.700)	–
Mútuo com partes relacionadas - ingresso	8	–	12.510
Mútuo com partes relacionadas - pagamento	8	(12.605)	(23)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		28.202	50.724
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(18.676)**	**18.739**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	18.739	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	63	18.739
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(18.676)**	**18.739**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma

1. Informações Gerais: A Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Renova Eólica Participações S.A. e que faz parte do "Grupo Renova" que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do "Grupo Renova"). A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Da Prata", localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no âmbito do Leilão de Reserva - 2010. Segundo Portaria nº 117 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 25 de março de 2011. O parque está em fase de construção. Em 26 de maio de 2011, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, por meio do qual, a Centrais Eólicas da Prata S.A. venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2013.

Valor total do contrato R$ mil	Montante autorizado a ser vendido por ano* MWh	Preço MWh Contratual R$	Preço MWh Atualizado R$	Prazo Inicial	Prazo Final	Índice de correção	Mês de reajuste
214.701	88.537	121,25	145,16	set/13	ago/13	IPCA	setembro

A capacidade de produção instalada do parque eólico "Da Prata" depois de concluído será de 21,8 MW* (*) informação não auditada pelos auditores independentes. **Operação comercial:** Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos do LER 2010 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2013. A Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da nossa obrigação de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL. A Companhia monitora e acompanha as obras das linhas de transmissão e de acordo com o cronograma oficial da ANEEL as linhas de transmissão entram em operação até o final do primeiro semestre de 2014. A Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R$ 65.318 (2012, R$ 8.165). A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação através das receitas auferidas quando do início de suas operações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as políticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as políticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas para conclusão pela Administração em 17 de fevereiro de 2014. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: • Imobilizado (nota explicativa nº 4); e • Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 9). **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **2.5.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Categoria de instrumentos financeiros:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. As categorias de instrumentos financeiros aplicados à Companhia são: **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2013 o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 3). **b) Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 compreendem: • Fornecedores (nota explicativa nº 5); e • Financiamentos (nota explicativa nº 6). **2.5.2. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. **2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. **2.5.4. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **2.5.5. Resultados:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamento e com partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **2.5.6. Imposto de renda e contribuição social:** Para 31 de dezembro de 2013 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base no lucro real e nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Para 31 de dezembro de 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. **2.5.7. Pagamento baseado em ações:** O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido ou capitalizado durante a construção do parque eólico, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Reserva de capital" que registrou o benefício aos empregados. **2.5.8. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados:** No exercício de 2013, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2014 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras:

	31/12/13	31/12/12
Bancos conta movimento	63	50
Aplicações financeiras	4.884	18.689
Total	4.947	18.739
Apresentados como:		
Caixa e equivalentes de caixa	63	18.739
Aplicações financeiras	4.884	–
Total	4.947	18.739

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados às taxas que variam de 90% até 102% do CDI - Certificado de depósito interbancário.

continua

continuação

CENTRAIS EÓLICAS DA PRATA S.A.

(Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 11.366.231/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 - Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma

4. Imobilizado:

	Saldo em 31/12/11	Adições	Saldo em 31/12/12	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/13
Imobilizado em curso						
Terrenos	222	157	379	421	–	800
Edificações, obras civis e benfeitoria	–	–	–	11.794	–	11.794
Torres de medição	–	353	353	5	–	358
Aerogeradores	–	303	303	25.730	30.003	56.036
Equipamentos de subestação	–	9.338	9.338	745	–	10.083
A ratear	2.261	2.248	4.509	4.088	–	8.597
Adiantamento a fornecedores	824	29.179	30.003	2.556	(30.003)	2.556
Total do ativo imobilizado	3.307	41.578	44.885	45.339	–	90.224

Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos com a construção do parque eólico que serão unitizados antes de sua entrada em operação. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

5. Fornecedores:

	31/12/13	31/12/12
Fornecedores	9.802	8.176

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para construção do parque eólico.

6. Financiamentos:

	31/12/13			31/12/12		
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Notas Promissórias (CDI + 0,98% a.a.)	215	14.000	14.215	–	–	–
BNDES - ponte (TJLP + 2,94% a.a.)	1.834	43.750	45.584	34	18.700	18.734
Total	2.049	57.750	59.799	34	18.700	18.734

Movimentação	31/12/13	31/12/12
Saldo Inicial	18.734	–
Financiamentos obtidos	57.750	18.700
Encargos financeiros capitalizados	2.711	34
Encargos financeiros pagos	(696)	–
Amortização de financiamento	(18.700)	–
Saldo final	59.799	18.734

Notas promissórias: Em 5 de novembro de 2013, a Companhia emitiu notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R$14.000 e nos termos da instrução CVM nº 476. Sobre as notas promissórias incidem juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI - Depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.. O vencimento das notas promissórias comerciais é de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas datas de emissão, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia. As notas promissórias possuem garantia fidejussória pela Companhia por meio de aval da controladora Renova Energia S.A. para a totalidade das obrigações a serem assumidas pela Companhia. Os recursos serão destinados à implementação do parque eólico Da Prata. As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida. **BNDES - ponte:** Em 7 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R$43.750. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação do parque eólico Da Prata, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O vencimento do principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao BNDES em prestação única em 15 de junho de 2014, ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia . São garantias do financiamento o penhor de ações da controladora Renova Eólica Participações S.A.. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% ao ano mais TJLP. Esta operação estabelece que o Índice (patrimônio líquido/ativo total) da controladora Renova Energia S.A. deve ser igual ou superior a 0,25. Em 31 de dezembro de 2013 esse índice foi atingido.

7. Contas a Pagar - CCEE:

	31/12/13
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	619

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2010 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual (período de setembro a agosto) as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na subcláusula 11.3 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

8. Partes Relacionadas:

	Vigência Início	Vigência Fim	31/12/12
Renova Energia S.A.	25/10/2012	30/04/2013	12.605

Refere-se a mútuo com a controladora indireta Renova Energia S.A. para suprir a necessidade de caixa durante a fase de construção do parque eólico. O contrato está sujeito à correção pela TJLP + 0,25 a 0,5% a.a.. Mesmo com os vencimentos no curto prazo, a expectativa da Companhia e de sua controladora indireta Renova Energia S.A. é que esses valores só sejam realizados no longo prazo. O montante de despesa com encargos sobre mútuo no resultado em 31 de dezembro de 2012 foi de R$118. Contrato quitado em 2013. Para os recursos para futuro aumento de capital, vide nota explicativa nº 9. **9. Patrimônio Líquido: Capital social:** A Renova Eólica Participações S.A. é o acionista controlador da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Até 16 de março de 2012, a Companhia era controlada diretamente pela Renova Energia S.A., que naquela mesma data, aumentou o capital social na Renova Eólica Participações S.A. através de transferência da totalidade das ações da Companhia. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 é de R$22.904 e está representado por 22.904.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Transformação do tipo jurídico:** Em 31 de maio de 2012, os acionistas da Companhia deliberaram transformar o tipo jurídico de sociedade empresária limitada em sociedade por ações, de capital fechado. **Integralização de capital:** Em 31 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R$2.420, correspondente à emissão privada de 242.033.344 novas ações de valor nominal de R$0,01 (um centavo). O capital social da Companhia passou de R$1.544 para R$3.964. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital em R$18.940, correspondente à emissão privada de 18.939.458 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia passou de R$3.964 para R$22.904. **Reserva de capital:** Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (Companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A.. **Apropriação do lucro:** De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue: **a) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido, até alcançar o limite de 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido, após serem observados os prejuízos acumulados. **Recursos para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital, de acordo com contrato, possuem características de irrevogabilidade e irretratabilidade e minuta com quantidade fixa de ações a serem adquiridas. Desta forma, a Companhia classificou esse adiantamento para futuro aumento de capital dentro do seu patrimônio líquido. Esses recursos foram aportados pela controladora Renova Eólica Participações S.A..

9. Despesas:

	31/12/13 Despesas	31/12/12 Despesas
Serviços de terceiros	(109)	(30)
Aluguéis e arrendamentos	(106)	(142)
Multa sobre ressarcimento	(619)	–
Outras	(18)	(3)
	(852)	(175)
Total	(852)	(175)

10. Resultado Financeiro:

	31/12/13	31/12/12
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	–	16
Despesas financeiras		
Juros - mútuo	(105)	(118)
Outras despesas financeiras	(9)	(2)
Total	(114)	(104)

11. Impostos de Renda e Contribuição Social:

	31/12/13
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(966)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	328
Efeito dos impostos diferidos não reconhecido sobre:	
Prejuízo fiscal e base negativa	(328)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	–

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, em 2012 a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social, conforme quadro a seguir:

	Imposto de renda e contribuição social 31/12/12
Receitas financeiras	16
Base de cálculo	16
Alíquota efetiva - 24% (15% de IRPJ e 9% de CSLL)	24%
IRPJ e CSLL no resultado	(4)

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. **12. Instrumentos Financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. **a) Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. O financiamento captado pela Companhia possui como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP. Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos à TJLP, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco. **b) Análise de sensibilidade:** A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2013. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui aplicações financeiras e financiamento com terceiro. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio.

	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Ativo financeiro		
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	(40)
Passivo financeiro		
Financiamentos		
Notas Promissórias	Alta do CDI	(114)
BNDES - ponte	Alta da TJLP	(228)
Total		(382)

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo e dependerá de recursos de acionistas e/ou financiamentos de terceiros para conclusão de seus compromissos de construção dos parques eólicos. **d) Operações com instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **e) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **f) Risco da escassez de vento:** Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **13. Cobertura de Seguros:** O quadro a seguir apresenta o principal valor em risco com coberturas de seguros utilizados pela companhia:

Objeto da garantia	Importância segurada	Vigência Início	Vigência Fim	Segurado
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação (Ler 2010)	R$ 3.754	06/12/2010	14/04/2014	ANEEL

14. Transações não Envolvendo Caixa: A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa no exercício de 2013 e 2012, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/13	31/12/12
Encargos financeiros capitalizados	2.711	34
Adição de imobilizado através do reconhecimento de pagamento baseados em ações de sua controladora indireta Renova Energia S.A.	–	151
Integralização de capital com saldo de partes relacionadas	–	235
Integralização de capital com adição de imobilizado pago pela sua controladora indireta Renova Energia S.A.	–	1.588
Aquisição de imobilizado em aberto junto a fornecedores	9.802	8.002
Rendimentos financeiros capitalizados	(128)	–

Diretoria

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto
Diretor Presidente

Ney Maron de Freitas
Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro

Contador

Reinaldo Cardoso da Silveira
CRC 014311-BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Eólicas da Prata S.A.
Igaporã - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Companhia"), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Eólicas da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito nas notas explicativa nºs 1 e 4 às demonstrações financeiras, a Companhia vem aplicando recursos significativos em obras de infraestrutura e na aquisição de bens destinados à produção de energia. De acordo com as projeções da administração, esses valores serão absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e, para a finalização do projeto, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

Igaporã, 17 de fevereiro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8-"F" BA
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC - BA 015.640/O-3

Deloitte.